



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**SEÇÃO CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0177834-7

182

REPRESENTAÇÃO

REPRESENTANTE: PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

REPRESENTADO: WILSON MENDES DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

**EMENTA:** REPRESENTAÇÃO. TENTATIVA DE ASSASSINATO. CRIME AVILTANTE. MILITAR REFORMADO. INCOMPATIBILIDADE DO REPRESENTADO PARA OSTENTAR A CONDIÇÃO DE MILITAR REFORMADO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. DECLARAÇÃO DA PERDA DA GRADUAÇÃO MILITAR. GARANTIDO O DIREITO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. UNANIMIDADE.

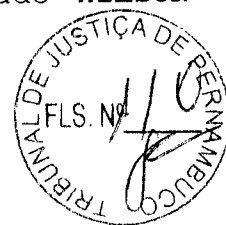
1. Restando efetivamente demonstrado nos autos que o representado preenche os dois requisitos necessários para a perda da graduação de policial militar, deve ser julgada procedente a representação, declarando-se a perda da graduação militar.
2. Os proventos do representado não serão atingidos pela prolação do presente acórdão, tendo em vista que tal direito à aposentadoria anteriormente concedido através de ato jurídico perfeito devidamente avalizado pelo TCE/PE.

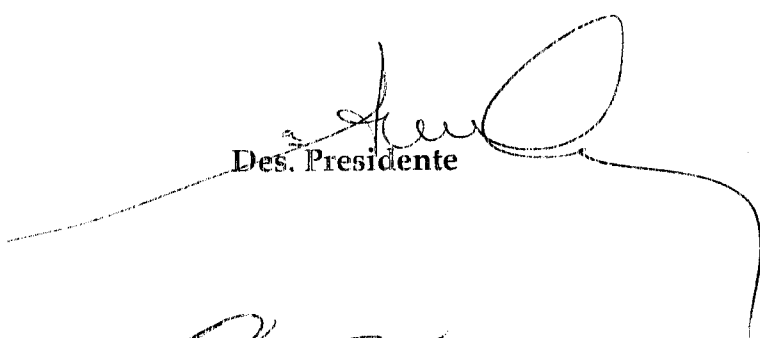
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nestes autos da representação nº 0177834-7, ACORDAM os Desembargadores componentes da Seção Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em julgar procedente a representação e

determinar a perda da graduação militar do representado **WILSON MENDES DA SILVA**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 17 de dezembro de 2009.



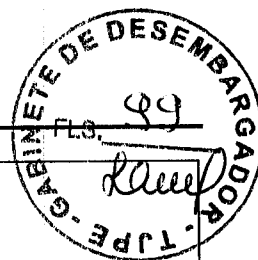
  
Des. Presidente

183

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



**SEÇÃO CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0177834-7

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

184

AUTOR: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

REPRESENTADO: WILSON MENDES DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ITABIRA DE BRITO FILHO

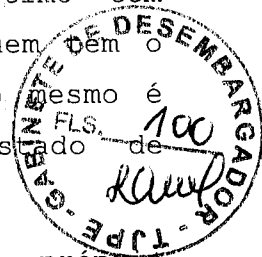
R E L A T Ó R I O

O Exmo. Procurador Geral de Justiça, com base no artigo 125, §4º, c/c os artigos 42, §1º, e 142, §3º, VII, todos da CF, e do art. 256, al. "h" do Regimento Interno do Tribunal de justiça do Estado de Pernambuco, formulou a presente **REPRESENTAÇÃO** contra **WILSON MENDES DA SILVA**, a fim de que esta Seção Criminal decida acerca da perda da sua graduação militar.

Consta dos autos que o representado foi condenado a pena de 08 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão, por infração ao artigo 121, § 2º, inc. IV, c/c art. 14, inc. II e art. 29, todos do Código Penal.

O crime cometido pelo representado foi o de tentativa de homicídio qualificado contra a vítima José Augusto da Silva. Em razão da sentença de primeiro grau, foi interposta apelação criminal que foi julgada em 12/05/2007 pela 3ª Câmara desta Corte de Justiça, tendo o respectivo acórdão transitado em julgado em 05/07/2007, conforme extrato de acompanhamento processual anexo.

Argumenta o Exmo. Procurador Geral que o crime praticado pelo representado demonstra que este último tem comportamento que não se coaduna com a missão de quem tem o dever de manter a paz pública e, por tal motivo, o mesmo é incapaz de permanecer na Polícia Militar do Estado de Pernambuco (fls.02/03).



Citado regularmente (fl. 48 verso), o próprio representado subscreveu petição em sua defesa (fls. 50/53).

185

A douta Procuradoria de Justiça, instada a se manifestar nos autos, lançou cota requerendo que fossem tomadas as providências necessárias no sentido de regular a defesa do representado, alegando não ser permitido a este último subscrever sua própria defesa (fls. 61/62).

A defesa técnica do representado veio aos autos subscrita por Advogado (fls.80/84). O representado, preliminarmente, alega que o § 4º do art. 125 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, se refere a perda da graduação como pena acessória e, tendo sido o crime praticado no ano de 1997, não poderia a referida norma constitucional de caráter penal retroagir para lhe prejudicar. No mérito, alega que não restou presente o requisito subjetivo da perda da graduação, qual seja, uma conduta que o torne inapto a permanecer nos quadros da Polícia Militar.

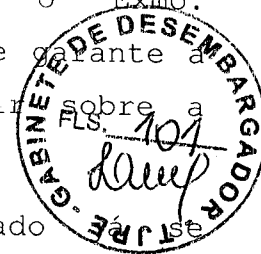
O representado aduz que as normas da Resolução da ONU nº34/169, denominada de Código de Conduta dos Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei é inadequada à hipótese porque o a ele encontra-se aposentado há mais de 27 (vinte e sete) anos, portanto, antes mesmo de ter cometido o crime.

Alega, por fim, que a perda de sua graduação acarretaria a inviabilidade do sustento de suas necessidades básicas e as de seus familiares.

A douta Procuradoria de Justiça, instada a proferir seu parecer, argumenta que a preliminar suscitada pelo

representado não merece ser acolhida. Para o Exmo. Subprocurador Geral de Justiça, a legislação vigente garante a competência deste Tribunal de Justiça para decidir sobre a perda da graduação do praça.

186



Quanto ao argumento de o representado encontrava na inatividade no momento em que cometeu o crime e, por tal motivo, não teria cabimento a perda da graduação, entende o *Parquet* que, diante do disposto no art. 13 do Código Penal Militar, que estabelece que o militar da reserva ou reformado preserva as mesmas responsabilidades e prerrogativas do posto ou da graduação, é legal o acolhimento do pleito contido na inicial.

Por fim, opina pela declaração de incapacidade, em virtude do cometimento de ato incompatível com a condição de Policial Militar.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 13 de outubro 2009.

  
Des. Gustavo Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**SEÇÃO CRIMINAL**

**187**

**PROCESSO Nº 0177834-7<sup>1</sup>**

**REPRESENTAÇÃO CRIMINAL**

**AUTOR: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**REPRESENTADO: WILSON MENDES DA SILVA**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: ITABIRA DE BRITO FILHO**

**V O T O**

Conforme relatado, o Exmo. Procurador Geral de Justiça, através da presente **REPRESENTAÇÃO**, pugna pela perda da graduação de **WILSON MENDES DA SILVA**. Para tanto, alega que o representado preenche o requisito objetivo e subjetivo para o deferimento do pleito.

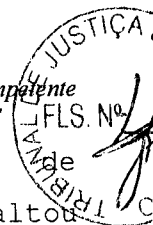
O representante, em sede de preliminar, alega que o § 4º do art. 125 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, se refere à perda da graduação como pena assessoria e, tendo sido o crime praticado no ano de 1997, não poderia a referida norma constitucional de caráter penal retroagir para lhe prejudicar. Assim dispõe a citada norma constitucional invocada pelo representado:

*"Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.*

*(...)*

*§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares,*

*ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças."*



Como visto, a matéria suscitada em sede preliminar não representa nulidade. Ademais, como bem ressaltou a douta Procuradoria de Justiça, na hipótese, inexistente óbice para a aplicação do § 4º do art. 125 da Constituição da República. O referido dispositivo constitucional não criou pena acessória de perda do cargo para o militar, e sim estabeleceu a competência para decidir sobre a aplicação de tal sanção, que passou a ser dos Tribunais de Justiça.

188

Quanto ao mérito, afigura-se inequívoco o preenchimento do requisito objetivo da sentença criminal condenatória, vez que o representado foi condenado à pena de 08 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão, por infração ao artigo 121, § 2º, inc. IV, c/c art. 14, inc. II e art. 29, todos do Código Penal, tendo o *decisum* transitado em julgado em 05/07/2007.

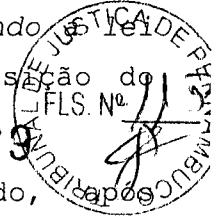
O crime cometido pelo representado foi o de tentativa de homicídio qualificado contra a vítima José Augusto da Silva. Pois bem, na qualidade de policial militar reformado, o representado deveria não somente zelar vida humana, como também deveria defendê-la.

Não existe nenhum cabimento a alegação de que o representado, por já se encontrar na reserva na data do fato, estar desobrigado a manter comportamento social adequado com a sua condição de militar da reserva. Tal conclusão decorre da interpretação teleológica do art. 13 do Código Penal Militar que dispõe o seguinte, *verbis*:

*"Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar."*

Decidida acerca da necessidade de se declarar o representado inidôneo para ostentar a condição de policial militar da reserva, a questão que se impõe é a da manutenção de seus proventos de aposentadoria.

Prevê o art. 5º, inc. XXXVI da Constituição da República que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". Entenda-se por ato jurídico perfeito como sendo "o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou", conforme disposição do art. 6º, § 1º da Lei de Introdução ao Código Civil. 189



O militar é considerado inativo quando, após cumprir as exigências previstas na lei, passa para a reserva remunerada ou reforma (direito adquirido). Para tanto, há necessidade de publicação da Portaria de Reserva no Diário Oficial do Estado ou, Reforma pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (FUNAPE) para, posteriormente, o Tribunal de Contas do Estado dar o seu aval. Concluídas tais formalidades, a inatividade do militar é, inexoravelmente, um ato jurídico perfeito.

A comprovação da condição de inatividade resta cabalmente comprovada nos presentes autos através do Acórdão de TCE/PE de fls. 54. Vale ressaltar que, conforme consta do precitado acórdão, a Corte de Contas Estadual decidiu pela legalidade do ato que declarou o representado aposentado em 08 de dezembro de 1982, portanto, muitos anos antes do crime.

Diante de tais considerações, entendo como inconstitucional toda e qualquer medida que atinja os proventos do representado. Este também é o entendimento esboçado através dos seguintes julgados:

*Ementa: Policial Militar reformado, condenado em definitivo por atentado violento ao pudor, duas vezes, com presunção de violência, é indigno de integrar os quadros da Corporação. Decretada a perda de sua graduação, é garantida a continuidade do recebimento dos proventos adquiridos pela inatividade regularmente alcançada. (TJMSP - Ação de Perda de Graduação de praça nº 000987/93 - Proc. de Justiça. Julg. 08/02/2002. Rel. Juiz Lourival Costa Ramos.)*

*"Ementa: Policial Militar reformado, condenado em definitivo à pena superior a dois anos por tentativa de aquisição de substância entorpecente para posterior venda, é indigno de integrar os quadros da Corporação. É garantido ao policial militar reformado, excluído da Corporação, a continuidade do recebimento dos proventos adquiridos pela inatividade regularmente alcançada. (TJMSP - Ação de Perda de Graduação de praça nº 000556/01 - Processo nº 000503/89 4ª Auditoria Julg. 23/10/2002. Rel. Juiz Lourival Costa Ramos.)*



"Ementa: Perde a graduação o militar, ainda que reformado, condenado por crime infamante, mantidos, contudo, seus proventos de inatividade." (TJMMG - Ação de Perda da Graduação nº 104. Origem: Apelação Criminal nº 344.169-8/TAMG (Processo nº 05696005784-4). Julg. 18/02/2003. Rel. Juiz Décio de Carvalho Mitre.)

"Ementa: Ementa. A condenação criminal do policial militar pela prática de roubo qualificado, com o emprego de arma de fogo, delito aviltante, o desqualifica como militar, incompatibilizando-o para com o posto ou graduação. Deve ser excluído da Polícia Militar. Os proventos da inatividade, como direito adquirido, fazem parte do patrimônio do servidor aposentado. Seus proventos, portanto, são intocáveis." (TJMMG - Ação de perda da Graduação nº 93. Origem: Processo nº 3193/97 - AP Criminal nº 270.374.0/TAMG-Comarca de Itabira/MG. Julg. 08/02/2001. Rel. Juiz Cel PM Paulo Duarte Pereira.)

190

Ante o exposto, meu voto é no sentido de julgar o representado **WILSON MENDES DA SILVA** incapaz para permanecer na corporação militar, determinando a perda de sua graduação, nos termos do art. 125, §4º, c/c os arts. 42, §1º e 142, §3º, inciso VII, da Constituição Federal e art. 256 H, do Regimento deste Tribunal de Justiça. Tendo o representado adquirido o direito à aposentadoria através de ato jurídico perfeito, voto ainda para que os proventos do representado não sejam atingidos pela prolação do acórdão.

É o como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
Des. Gustavo Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

191

**REPRESENTAÇÃO CRIMINAL Nº 0177834-7**

REPRESENTANTE: Procurador Geral de Justiça

REPRESENTADO: Wilson Mendes da Silva

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

**VOTO DO REVISOR**

Srs. Desembargadores

Trata-se de Representação para perda de graduação militar, proposta pelo Procurador Geral de Justiça, em desfavor de **Wilson Mendes da Silva**, policial militar da reserva, condenado à pena definitiva de 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão, por infração ao art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 14, inciso II e art. 29, todos do Código Penal Pátrio.

O Representado, por meio de advogado legalmente constituído apresentou defesa escrita às fls. 80/81.

**Preliminarmente**, sustenta, em síntese, que o art. 125, § 4º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, não tem aplicação no caso em comento, porquanto se trata de matéria de direito penal, não podendo retroagir para prejudica-lo, já que o delito pelo qual restou condenado ocorreu no longínquo ano de 1997.

Dita alegação, contudo, não merece ser acolhida.

Como sabido, a perda do posto e da patente para os oficiais e da graduação das praças consiste em pena acessória aplicável ao militares condenados em processo criminal à pena privativa de liberdade superior a 02 anos.

Nos termos do art. 125, § 4º, *in fine*, da Constituição Federal, cabe ao tribunal competente (Tribunal Militar, quando houver, ou Tribunal de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

192

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Justiça) decidir sobre a aplicação da referida pena acessória. Este dispositivo constitucional não criou a pena acessória de perda da graduação dos praças das polícias militares, mas apenas disciplinou a competência para sua aplicação, subordinando-a à decisão do Tribunal competente, mediante procedimento específico.

Portanto, a norma prevista no artigo 125, § 4º, *in fine*, da Constituição, é matéria de direito processual, razão pela qual tem eficácia plena e imediata, inexistindo, assim, óbice algum para sua aplicação na hipótese em apreciação.

Assim considerado, **rejeito a preliminar.**

Passo à análise do mérito.

Como sabido, a perda da graduação das praças ou do posto e da patente dos Oficiais terá lugar quando ficar demonstrado que os atos praticados pelo militar revelam incompatibilidade ético-moral com a Instituição a que pertence.

Para que haja a procedência do pedido, objeto da presente representação, faz-se necessária a presença de dois requisitos: um de natureza subjetiva – a avaliação da compatibilidade do comportamento social do representado para com o exercício da carreira militar – e, outro, de cunho objetivo, que se refere ao trânsito em julgado da condenação em ação penal, cuja pena aplicada tenha sido superior a 02 (dois) anos. Não há, pois, análise da culpabilidade do Representado na ação penal transitada em julgado.

No caso *sub judice*, ambos os requisitos encontram-se presentes, satisfeitos, comprovados.

Relativamente ao primeiro deles, o de cunho subjetivo, resalto que os militares caracterizam-se por assegurar a ordem e a paz social, preservando a segurança jurídica, através da prevenção e repressão dos desvios ilícitos da conduta. Para tanto, faz-se necessário, imprescindível comportamento



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

193

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

adequado à função e o respeito à ordem jurídica, ainda que se trate de militar reformado, como é o caso do ora Representado.

Conforme dispõe o art. 13 do Código Penal Militar "*o militar reformado conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para efeito de aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele pratica crime militar*".

Deste modo, desprovida de qualquer respaldo a alegação defensiva no sentido de que, por já se encontra na reserva à data do fato, não se poderia exigir do Representado um comportamento adequado com a sua condição de militar.

Por outro lado, o Representado foi condenado por crime tentado contra a vida. Sua conduta, certamente, depõe contra a Instituição Militar, mostrando-se ofensiva aos valores consagrados da ética castrense, não possuindo condições necessárias para ostentara a graduação de militar.

Assim, tendo o Representado afetado o brio militar e o decoro da classe, violando deveres que lhe são impostos, colocando a corporação a que pertence em descrédito perante a sociedade, entendo encontrar-se preenchido o requisito subjetivo.

Quanto ao requisito de caráter objetivo, referente ao *quantum* da reprimenda aplicada, da mesma forma, encontra-se comprovado, posto que o Representado foi condenado à pena superior a dois anos, condenação esta que transitou em julgado na data de 04/07/2007 (fl. 07).

Assim, impõe-se seja declarada a incapacidade do Representado para a graduação militar.

Por fim, resta a apreciar a questão relativa à manutenção, ou não, dos proventos do Representado.

Quanto a este ponto, filio-se ao entendimento segundo o qual, embora julgada procedente a Representação, para fins de declarar a perda da



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

194

graduação do militar reformado, os proventos da inatividade, como direito adquirido do Representado, fazem parte do seu patrimônio, pois a reforma do policial militar, decretada com todas as formalidades legais, constitui um ato jurídico perfeito, acabado.

Na hipótese, conforme documento de fls. 54/55 o ato de reforma do Representado foi declarado legal por Acórdão do Tribunal de Contas do Estado, ostentando, assim, *status* de ato jurídico perfeito, razão pela a presente decisão não deverá atingir os proventos da inatividade percebidos pelo Representado.

Por todo o exposto, nos termos do art. 125, § 4º da CF/88 e art. 256H, do Regimento Interno desta Corte de Justiça, **julgo procedente a presente Representação, para declarar Wilson Mendes da Silva incapaz para graduação militar, mantendo-se, todavia, os direitos adquiridos em função de sua reforma, referentes ao recebimento dos respectivos proventos.**

**É como voto.**

Transitada em julgado esta decisão, notifique-se o Comando da PMPE para a adoção das medidas cabíveis.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Revisor